

PADRE
J. F. P.
MP
f



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

Anexo

31 Dezembro de 2020

Índice

1	Identificação da Entidade	4
1.1	Denominação da entidade	4
1.2	Sede social	4
1.3	Natureza da atividade	4
1.4	Denominação e sede social da entidade-mãe imediata	4
1.5	Denominação e sede social da entidade-mãe final.....	4
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	4
2.1	Referencial Contabilístico.....	4
2.2	Derrogações	5
2.3	Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis....	5
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	5
3.1	Principais politicas contabilísticas	5
3.1.1	Bases Gerais de Mensuração	5
3.1.1.1	Bases de Apresentação.....	5
3.1.1.2	Politicas de reconhecimento e Mensuração	7
3.1.2	Outras políticas contabilísticas.....	12
3.1.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	12
3.1.3	Principais fontes de incerteza das estimativas.....	13
3.2	Alterações nas politicas contabilísticas	13
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas	13
3.4	Correção de erros de períodos anteriores	14
4	Ativos Fixos Tangíveis	15
5	Ativos Intangíveis	16
6	Inventários.....	17
7	Rendimentos e Gastos.....	17
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
9	Benefícios dos empregados.....	19
10	Acontecimentos após data de Balanço	19
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
12	Outras Divulgações.....	20

*Revisão
Ano 5
fim*

12.1 Outras contas a receber	20
12.2 Diferimentos.....	21
12.3 Caixa e Depósitos Bancários.....	21
12.4 Fundos Patrimoniais.....	21
12.5 Fornecedores.....	22
12.6 Estado e Outros Entes Públicos.....	22
12.7 Outras Contas a Pagar	23
12.8 Subsídios, doações e legados à exploração.....	23
12.9 Fornecimentos e serviços externos.....	23
12.10 Outros rendimentos e ganhos.....	24
12.11 Outros gastos e perdas.....	24
12.12 Resultados Financeiros.....	24

1 Identificação da Entidade

1.1 Denominação da entidade

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO – NIPC 503553573

1.2 Sede social

Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7 4455-469 Perafita

1.3 Natureza da atividade

Entidade privada sem fins lucrativos, de cariz religioso e cujo objetivo é dar apoio social a crianças e idosos.

1.4 Denominação e sede social da entidade-mãe imediata

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe imediata.

1.5 Denominação e sede social da entidade-mãe final

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe final.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 09/03. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Códigos de Contas específico para as entidades do setor não lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria nº 220/2015 de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo

*Pedro
Joaquim
S
M*

2.2 Derrogações

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis

As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspectos com as do período anterior, com a ressalva da situação apresentada na nota 3.3 – Alteração nas estimativas contabilísticas.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras encontram-se descritas de seguida:

3.1.1 Bases Gerais de Mensuração

3.1.1.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e

P. A. S.
J. P. M.
F. P.

gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.1.2 Políticas de reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 a 25 anos
Equipamento básico	6 a 10 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	1 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Instituição revê anualmente a vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”. *(Assinatura)*

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição e correspondem às verbas pagas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) pelos novos contratos de trabalho. Estes valores servem para fazer face a eventuais indemnizações pagas aos trabalhadores.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Instituição adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

P. A. S. :
J. A. S.
M. P.
of

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto e médio prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Subsídios e apoios ao governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como

rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda de imparidade. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, serão tratados como subsídios não reembolsáveis.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a receber.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Rérito

O rérito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rérito a reconhecer é deduzido do montante estimado e devoluções, descontos e outros abatimentos.

3.1.2 Outras políticas contabilísticas

Nada a referir

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade. As perspetivas existentes para o futuro e para a

continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato,

3.1.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os eventos futuros podem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospectiva.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Nada a referir

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

Alterações nas estimativas contabilísticas

a) Natureza da alteração

Decorrente do alargamento de 20 para 30 anos do período de duração do direito de superfície do prédio urbano situado na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto – Estrutura ERPI, concedido pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Mamede de Perafita, foi alterada a estimativa de vida útil do respetivo edifício de 15 para 25 anos, dado que o edifício só começou a ser utilizado e, consequentemente, depreciado no exercício de 2015. Esta alteração teve também impacto na imputação dos subsídios ao investimento associados à construção do mencionado edifício.

b) Quantia do ajustamento relacionado com o período corrente

A alteração da vida útil estimada referida teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras do período:

Descrição	Vida útil estimada	Vida útil revista	Impacto nas depreciações
Estrutura ERPI	15 anos	25 anos	62.423,10
Imputação subs. invest			49.147,54

Esta alteração também terá impacto nas demonstrações financeiras dos períodos seguintes.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores

Nada a referir

4 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Edifícios e outras construções	3 093 431,10 €					3 093 431,10 €
Equipamento básico	376 628,56 €	1 795,71 €				378 424,27 €
Equipamento de transporte	62 056,64 €					62 056,64 €
Equipamento administrativo	157 147,39 €					157 147,39 €
Outros Ativos fixos tangíveis	40 682,84 €	2 889,89 €				43 572,73 €
Investimentos em Curso						
Total	3 729 946,53 €	4 685,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 734 632,13 €
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1 172 710,05 €	147 762,96 €				1 320 473,01 €
Equipamento básico	289 237,24 €	28 588,49 €				317 825,73 €
Equipamento de transporte	57 495,78 €	4 560,84 €				62 056,62 €
Equipamento administrativo	123 963,15 €	8 127,24 €				132 090,39 €
Outros Ativos fixos tangíveis	27 362,24 €	4 638,24 €				32 000,48 €
Total	1 670 768,46 €	193 677,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 864 446,23 €

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Edifícios e outras construções	3 028 984,34 €	64 446,76 €				3 093 431,10 €
Equipamento básico	372 783,82 €	3 844,74 €				376 628,56 €
Equipamento de transporte	62 056,64 €					62 056,64 €
Equipamento administrativo	154 822,35 €	2 325,04 €				157 147,39 €
Outros Ativos fixos tangíveis	23 446,82 €	17 236,02 €				40 682,84 €
Investimentos em Curso						
Total	3 642 093,97 €	87 852,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 729 946,53 €
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1 024 944,89 €	147 765,16 €				1 172 710,05 €
Equipamento básico	257 745,96 €	31 491,28 €				289 237,24 €
Equipamento de transporte	52 934,94 €	4 560,84 €				57 495,78 €
Equipamento administrativo	114 261,65 €	9 701,50 €				123 963,15 €
Outros Ativos fixos tangíveis	22 441,16 €	4 921,08 €				27 362,24 €
Total	1 472 328,60 €	198 439,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 670 768,46 €



Em 28/04/09, através de escritura pública, a Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de S. Mamede de Perafita concedeu ao Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto um direito de superfície pelo período de 15 anos, sobre um prédio, sua propriedade.

Até ao exercício de 2018, as depreciações dos edifícios abrangidos por esse direito de superfície, foram calculadas e registadas com base na taxa determinada para o período de duração do mesmo.

Em 27/12/19, igualmente por escritura pública, foi aditado o período de duração do referido direito, de 15, para 25 anos.

Com base no alargamento do prazo, no exercício de 2019, foi revista a taxa de depreciação que vinha a ser utilizada para cálculo das respetivas depreciações, conforme referido na nota 3.3.

5 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		10 948,12 €		10 948,12 €	
Total	0,00 €	10 948,12 €	0,00 €	10 948,12 €	0,00 €

Descrição	2019				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		12 508,86 €		12 508,86 €	
Total	0,00 €	12 508,86 €	0,00 €	12 508,86 €	0,00 €

7 Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	983 144,66 €	1 048 286,79 €
Juros	130,83 €	1 129,26 €
Total	983 275,49 €	1 049 416,05 €



8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo		
ISS, EP-Centro distrital	664 680,35 €	641 422,73 €
Outros subsídios	10 274,68 €	18 978,40 €
Total	674 955,03 €	660 401,13 €
Apoios do Governo		
Subsídio para a construção do lar de idosos POPH	797 725,12 €	881 082,28 €
Câmara Municipal de Matosinhos	365 432,24 €	398 456,12 €
Donativos particulares	101 793,69 €	107 151,21 €
Para outros investimentos:		
Câmara Municipal de Matosinhos	181 856,82 €	195 989,22 €
Total	1 446 807,87 €	1 582 678,83 €

Subsídios do Governo

Os subsídios à exploração registados nos exercícios de 2020 e 2019 respeitam aos montantes recebidos do Instituto da Segurança Social no âmbito da atividade social do Centro Padre Ângelo, em todas as suas valências, e encontram-se relevados como rendimentos do exercício (Nota 12.9).

Apoios do Governo

Os subsídios recebidos do Governo, estão a ser reconhecidos como rendimentos na mesma proporção das amortizações registadas como gasto, dos bens tangíveis a que dizem respeito.

Os subsídios para outros investimentos, reconhecidos e recebidos em exercícios anteriores, respeitam a investimentos com a construção de armazém e de parque infantil, com a colocação de um envidraçado para fecho dum espaço existente com quartos de banho de apoio ao mesmo e com a aquisição de viaturas. Estes subsídios estão a ser reconhecidos em resultados do exercício em face da reintegração destes ativos fixos tangíveis.

9 Benefícios dos empregados

O número de Membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2020 e 2019, foram, respetivamente de 5 na Direção em 2020 e de 4 em 2019. No Conselho Fiscal, o número de Elementos foi de 3, nos dois anos.

Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 76 e em 31/12/2019 foi de 71.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao pessoal	850 763,74 €	843 929,48 €
Indemnizações	2 018,97 €	3 699,25 €
Encargos sobre as Remunerações	190 647,71 €	188 782,42 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	20 732,04 €	17 378,73 €
Outros Gastos com o Pessoal	49 708,31 €	45 138,06 €
Total	1 113 870,77 €	1 098 927,94 €

O aumento verificado nesta rubrica resultou da atualização legal da retribuição mínima mensal garantida em Janeiro de 2020, bem como da atualização das tabelas salariais.

10 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

No entanto, o segundo encerramento das valências da creche e pré-escolar no período de 22/01/21 a 15/03/21 e a manutenção do encerramento das valências de Centro de Dia e Centro de Convívio desde 16/03/20, por causa da pandemia do Coronavírus COVID-19, espera-se à semelhança do ano transato, uma quebra nas receitas destas valências.

Outra quebra a registar, será a relacionada com a nova atualização da Retribuição Mínima Mensal Garantida em Janeiro de 2021.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção em 14 de Abril de 2021.

*F. Almeida
Janeiro 2021
F. P. Perafita*

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Devedores por acréscimos de rendimentos	57 276,69 €	57 081,78 €
Outros Devedores	2 338,81 €	7 605,98 €
Total	59 615,50 €	64 687,76 €

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Seguros	5 095,11 €	8 265,18 €
Outros gastos a reconhecer	1 747,27 €	1 105,06 €
Total	6 842,38 €	9 370,24 €
Rendimentos a Reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	29,07	
Total	29,07	0,00

12.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	919,30 €	263,41 €
Depósitos à ordem	32 871,38 €	69 375,29 €
Depósitos a prazo	139 500,00 €	97 500,00 €
Total	173 290,68 €	167 138,70 €

12.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	312 290,31 €		44 892,73 €	267 397,58 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 583 375,83 €		135 870,96 €	1 447 504,87 €
Total	1 895 666,14 €	0,00 €	180 763,69 €	1 714 902,45 €

O decréscimo verificado em “resultados transitados” respeita à aplicação do resultado líquido do exercício de 2020, conforme deliberado pela Direção.

As variações em “outras variações nos fundos patrimoniais” referem-se à imputação dos subsídios ao investimento, recebidos em anos anteriores, em conformidade com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associadas, reconhecidas no exercício (ver nota 12.11)

12.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	94 805,91 €	41 235,66 €
Total	94 805,91 €	41 235,66 €

12.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	2,24 €	0,01 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 986,56 €	9 026,35 €
Total	5 988,80 €	9 026,36 €
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 198,31 €	9 027,00 €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5 725,50 €	4 865,50 €
Segurança Social	21 352,45 €	20 782,37 €
Total	28 276,26 €	34 674,87 €

Os montantes de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas referem-se às retenções na fonte sobre juros de depósitos bancários.

12.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outras operações		15,19 €		3,67 €
Fornecedores de Investimentos		7 260,30 €		46 116,65 €
Credores por acréscimo de gastos		140 443,19 €		140 693,16 €
Outros credores		11 334,73 €		5 497,14 €
Total	0,00 €	159 053,41 €	0,00 €	192 310,62 €

O saldo da rubrica “Credores por acréscimos de gastos” respeita, genericamente, a férias, subsídio de férias e encargos a pagar ao pessoal, referentes ao ano de 2020 e com vencimento a 01 de Janeiro de 2021.

12.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos	664 680,35 €	641 422,73 €
Subsídios de outras entidades	10 274,68 €	18 978,40 €
Total	674 955,03 €	660 401,13 €

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

12.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	345 205,37 €	333 421,25 €
Serviços especializados	64 989,03 €	78 162,46 €
Materiais	19 658,46 €	31 922,21 €
Energia e fluidos	55 020,81 €	61 423,29 €
Deslocações, estadas e transportes	186,60 €	592,80 €
Serviços diversos	95 494,30 €	86 011,11 €
Encargos com utentes	2 011,87 €	1 676,33 €
Total	582 566,44 €	593 209,45 €

12.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	46 322,02 €	43 724,78 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,01 €	1 702,51 €
Outros rendimentos e ganhos	158 074,57 €	145 820,33 €
Total	204 396,60 €	191 247,62 €

O saldo da rubrica "outros rendimentos e ganhos" inclui o montante de 135.870,96€ relativo à imputação do subsídio ao investimento, de acordo com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associados (ver nota 3.3)

12.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	324,41 €	587,21 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,50 €	
Outros Gastos e Perdas	13 962,40 €	36 601,59 €
Total	14 287,31 €	37 188,80 €

12.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1 168,76 €	5 682,07 €
Outros gastos e perdas de financiamento	0,55 €	0,55 €
Total	1 169,31 €	5 682,62 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	130,83 €	1 129,26 €
Total	130,83 €	1 129,26 €
Resultados Financeiros	-1 038,48 €	-4 553,36 €

PERAFITA, 14 de Abril de 2021

O Contabilista Certificado

Joaquim José Gomes Soares

CC 41263

A Direção

Pº Augusto:
Maria Magdalena Pinto

João Pinto Correia
José Manoel Pinto

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 503553573
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1 870 185,90	2 059 178,07
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		15 434,45	12 814,65
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1 885 620,35	2 071 992,72
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber		341,33	0,00
Estado e outros entes públicos		5 988,80	9 026,36
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Gastos a reconhecer		6 842,38	9 370,24
Outros ativos correntes		59 615,50	64 687,76
Caixa e depósitos bancários		173 290,68	167 138,70
		246 078,69	250 223,06
Total do ativo		2 131 699,04	2 322 215,78
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		267 397,58	312 290,31
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 447 504,87	1 583 375,83
		1 714 902,45	1 895 666,14
Resultado líquido do período		-53 892,60	-44 892,73
Total dos fundos patrimoniais		1 661 009,85	1 850 773,41
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		173 199,11	188 524,54
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		173 199,11	188 524,54
Passivo corrente			
Fornecedores		94 805,91	41 235,66
Estado e outros entes públicos		28 276,26	34 674,87
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		15 325,43	14 696,68
Rendimentos a reconhecer		29,07	0,00
Outros passivos correntes		159 053,41	192 310,62
		297 490,08	282 917,83
Total do passivo		470 689,19	471 442,37
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 131 699,04	2 322 215,78

A Direcção
*J. António Soeiro
José Gomes Soeiro*

O responsável

José Gomes Soeiro

cc 41263

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 503553573

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		983.144,66	1.048.286,79
Subsídios, doações e legados à exploração		674.955,03	660.401,13
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons		10.948,12	12.508,86
Fornecimentos e serviços externos		582.566,44	593.209,45
Gastos com o pessoal		1.113.870,77	1.098.927,94
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		204.396,60	191.247,62
Outros gastos e perdas		14.287,31	37.188,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		140.823,65	158.100,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		193.677,77	198.439,86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-52.854,12	-40.339,37
Juros e rendimentos similares obtidos		130,83	1.129,26
Juros e gastos similares suportados		1.169,31	5.682,62
Resultados antes de impostos		-53.892,60	-44.892,73
		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-53.892,60	-44.892,73

*P. Augusto
Manoel José da Cunha Pinto*

*João José Gomes Soares
ec 41263*

*J. Augusto Co
J. M. Pinto*



fr António
Joaquim
MP
AP

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

Índice

1.	Identificação da Entidade	2
2.	Síntese	2
3.	Volume de negócios	3
4.	Utentes	4
5.	Eventos e atividades	5
6.	Situação Contributiva	5
7.	Pessoal	5
8.	Investimentos	6
9.	Financiamento	6
10.	Gastos	7
11.	Rendimentos	10
12.	Resultados	12
13.	Perspetivas para 2021	12
14.	Agradecimentos	13



F. Abg.
J. M. B.
M.P.
A.H.

1. Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ANGELO FERREIRA PINTO” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, registada no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 50/84 e com estatutos aprovados pela Direção-Geral da Segurança Social em 21/10/16, com sede na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7, 4455-469 Perafita.

O Centro Padre Ângelo tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os Paroquianos num espírito de solidariedade humana, social, educacional e cristã.

Para tal, possuí as seguintes respostas sociais:

Creche, pré-escolar, centro de dia, centro de convívio e estrutura residencial para pessoas idosas (ERPI).

2. Síntese

O ano de 2020 ficou marcado pelo surto pandémico de COVID-19 que se propagou à escala mundial, colocando em especial nas Instituições Particulares de Solidariedade Social ao nível da área sénior, uma pressão sem precedentes.

Prosseguindo a nossa missão “**estar consigo ao longo de toda a vida**” reunimos todos os esforços e permanecemos na linha da frente no combate a esta pandemia.

Dada a gravidade da situação, sempre numa ótica de antecipação às dificuldades que poderiam surgir, tomamos uma decisão difícil mas necessária de avançar para um confinamento geral na ERPI.

Este confinamento, foi feito durante aproximadamente dois meses, com três equipas rotativas e onde todos os Colaboradores das diversas áreas e valências deram o seu contributo e trabalharam incansavelmente para assegurar esta responsabilidade. O objetivo de salvar as vidas dos nossos idosos tornou-se um objetivo comum e onde cada instante era crucial.

Passado sensivelmente um ano após o início desta pandemia, sentimos um enorme orgulho pelo trabalho feito e felizmente continuamos sem nenhum caso positivo nos nossos utentes.



P. A. P.
J. M. B.
M. A.

3. Volume de negócios

Em 2020, o volume de negócios apresentou uma diminuição na ordem dos 6%. Esta percentagem justifica-se pelo fecho das valências de centro de dia e centro de convívio desde 16 de Março, bem como, pelo encerramento das valências da creche e pré-escolar desde a mesma data até 31/05/20.

Detalhe:

Área	2020	2019	Variação
Infância			
Creche I	65 297,04 €	70 177,53 €	-6,95%
Creche II	37 518,84 €	43 925,20 €	-14,58%
Pré-escolar	81 912,72 €	103 395,70 €	-20,78%
<i>Subtotal</i>	184 728,60 €	217 498,43 €	
Sénior			
Centro de dia	31 311,65 €	59 701,38 €	-47,55%
Centro de Convívio	1 653,00 €	3 387,00 €	-51,20%
ERPI	765 451,41 €	767 699,98 €	-0,29%
<i>Subtotal</i>	798 416,06 €	830 788,36 €	
Total	983 144,66 €	1 048 286,79 €	-6,21%



fr Ats
J. And
MP
BR

4. Utentes

O Centro Padre Ângelo prestou serviços no apoio à infância e à 3^a idade. A média anual de utentes foi de 237, um ligeiro aumento de 2,6% comparativamente a 2019 em que a média se cifrava em 231. Para estes 237 utentes, existem acordos com a Segurança social para 218, repartidos como segue:

Área	Frequência média	Acordo	Capacidade
Infância			
Creche I	35	35	41
Creche II	28	28	35
Pré-escolar	75	75	75
<i>Subtotal</i>	138	138	151
Sénior			
Centro de dia	20	30	60
Centro de Convívio	20	20	20
ERPI	59	30	68
<i>Subtotal</i>	99	80	148
Total	237	218	299



5. Eventos e atividades

Neste ano completamente atípico, não foi possível às valências desenvolver qualquer tipo de atividade. De recordar que as Autoridades competentes, recomendaram e proibiram o desenvolvimento de quaisquer eventos ou atividades.

6. Situação contributiva

O Centro Padre Ângelo tem a sua situação contributiva regularizada, quer perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, quer perante a Autoridade Tributária.

7. Pessoal

O Centro Padre Ângelo teve em média, durante o ano, 76 funcionários pertencentes ao quadro de pessoal.

Para além desses, estiveram quinze pessoas integradas em programas subsidiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Deste total, doze pessoas estiveram ao abrigo da medida Contrato Emprego Inserção, uma ao abrigo da medida Contrato Emprego Apoiado em Mercado Aberto e duas ao abrigo da medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (medida criada no âmbito do combate à pandemia do Coronavírus COVID-19).

A bolsa ocupacional da medida CEI é comparticipada pelo IEFP em 50%. O subsídio de transporte, a alimentação e o seguro são encargo da Instituição.

Quanto à medida EAEE, a comparticipação do IEFP é de 70% sobre o vencimento e respetivos encargos.

Relativamente à medida MAREESS, a comparticipação do IEFP é de 90% sobre o vencimento e a totalidade do encargo com a despesa de transporte até ao limite de 10% do IAS.

Além dos 76 colaboradores, o Centro Padre Ângelo recorre a subcontratação de vários serviços externos, nomeadamente:

- Alimentação;
- Limpeza;
- Lavandaria;
- Medicina;
- Enfermagem;



pe Ásper
J. António
MP
AS

Fisioterapia;
Podologia;
Nutrição;
Advocacia;
Consultoria financeira.

Estes serviços, representam indiretamente cerca de 20 postos de trabalho.

8. Investimentos

Durante o ano de 2020, o montante de investimentos feito foi de 4.685,60€.

Rubrica	Montante
Equipamento básico	1 795,71 €
Outros ativos fixos tangíveis	2 889,89 €
Total	4 685,60 €

Equipamento básico

Foram apetrechados alguns quartos de utentes da ERPI, com grades nas camas e estrados articulados.

Outros ativos tangíveis

Foram compradas toalhas de mesa para a sala Padre Luís Mateus.

9. Financiamento

Em 2013, através de uma linha de crédito de apoio à economia social, foi contraído um empréstimo no montante de 500.000,00€. Este montante teve como finalidade complementar os apoios recebidos do Instituto da segurança Social e do Município de Matosinhos destinados à construção e apetrechamento do edifício destinado à nova valência ERPI.

Em maio de 2016, começaram a ser feitas amortizações a este financiamento que totalizaram à data do encerramento do exercício de 2020, o montante de 311.475,46€. Deste valor total, 90.000,00€ foram liquidados no ano de 2016, a título extraordinário dada a disponibilidade financeira existente.

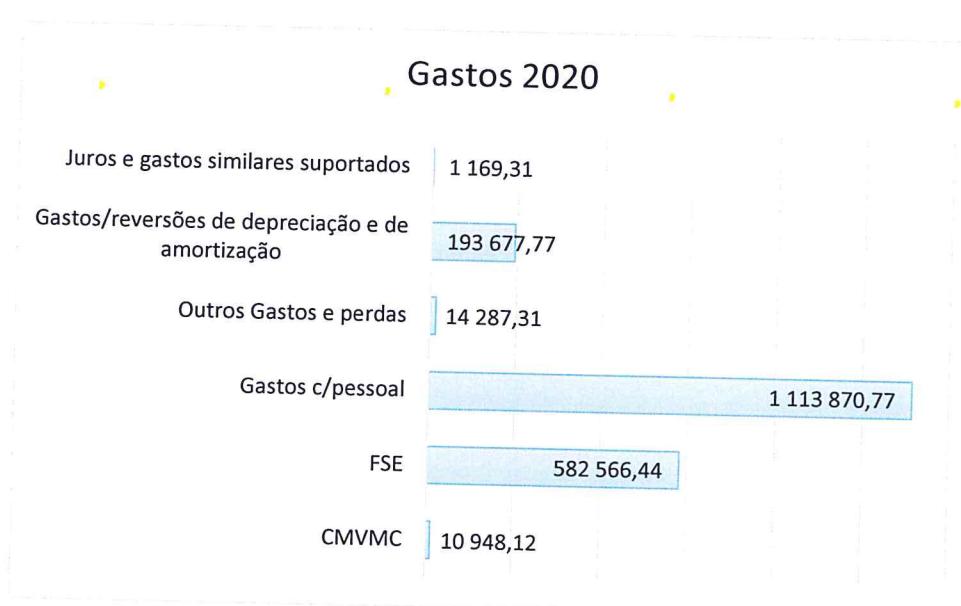


F. Almeida
J. M. S.
M. P. R.

No contexto da pandemia COVID-19, em 31 de março de 2020, a Instituição aderiu à moratória Pública prevista e regulada pelo Decreto-Lei nº 10-J/2020. Durante o ano de 2020, a Instituição cumpriu com o plano financeiro de empréstimo contratualizado com a instituição bancária, até à data de aprovação da referida moratória.

10. Gastos

As rubricas de gastos suportados pelo Centro Padre Ângelo ascenderam a cerca de 1.916.519,72€ representando um decréscimo residual de 1,5% face a 2019.



No que respeita à análise comparativa das rubricas de gastos com o período homólogo do exercício anterior, importa referir:

A única rubrica que apresentou aumento, foi a de gastos com pessoal. A variação de 1,3% face ao ano anterior resultou da atualização legal da retribuição mínima mensal garantida em Janeiro de 2020, bem como da atualização das tabelas salariais.



fe Ats
Jas
MPP

Em contrapartida, a rubrica de juros e gastos similares, representa o maior decréscimo, 79,4%, resultante da adesão à moratória, conforme descrito no ponto 9 do presente Relatório.

A rubrica de Outros Gastos e Perdas representa um decréscimo de 61,5% Esta diminuição é justificada pelo reconhecimento no ano de 2019, do gasto respeitante à devolução de comparticipações ao Instituto da Segurança Social.

A variação negativa de 12,5% na rubrica do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, resultou do encerramento temporário das valências da creche, pré-escolar, centro de dia e centro de convívio.

Por último, de referir que a variação residual de 1,8% nos Fornecimentos e Serviços Externos. Apesar do gasto com equipamentos de proteção individual, com soluções desinfetantes e com a adaptação de espaços, com vista à proteção contra o Coronavírus COVID-19, ter aumentado drasticamente, a Instituição beneficiou da solidariedade de Empresas e de particulares que doaram este tipo de bens. Se não tivessem sido feitos estes donativos, esta percentagem seria superior.

Gastos 2019

Juros e gastos similares suportados	5 682,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	198 439,86
Outros Gastos e perdas	37 188,80
Gastos c/pessoal	1 098 927,94
FSE	593 209,45
CMVMC	12 508,86



*fr. Ángel
J. António
M. Ribeiro*

À data de 31 dezembro de 2020, a estrutura de pessoal, decompunha-se da seguinte forma:

Categoria	Quantidade
Ajudante de Ação Direta	29
Ajudante de Ação Educativa	12
Ajudante de cozinha	3
Animadora Sócio-Cultural	1
Contabilista Certificado	1
Cozinheiro	3
Diretora Técnica área Infância	1
Diretora Técnica área Séniior	2
Educador de infância	5
Escriturário	4
Gestor de Informática e Comunicação	1
Psicólogo	2
Responsável Serv. Logística	1
Trab. Serviços Gerais	5
Total	70



No encerramento do exercício, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava os saldos e pesos percentuais, abaixo descritos:

Conta	Valor	%
Subcontratos	345 205,37 €	59,26%
Serviços especializados	64 989,03 €	11,16%
Materiais	19 658,46 €	3,37%
Energia e Fluídos	55 020,81 €	9,44%
Deslocações, estadas e transportes	186,60 €	0,03%
Serviços diversos	95 494,30 €	16,39%
Encargos com utentes	2 011,87 €	0,35%
Total	582 566,44 €	100,00%

À semelhança do exercício anterior, as rubricas de subcontratos, serviços diversos e serviços especializados, continuam a representar os maiores pesos percentuais, no total da rubrica de FSE.

A rubrica de subcontratos, engloba os serviços de alimentação, limpeza, lavandaria, medicina/enfermagem e manutenção.

De referir que 70,4% da rubrica de serviços diversos, se refere a gastos de limpeza higiene e conforto. Esta percentagem, conforme atrás referido, refere-se aos gastos com a proteção ao COVID-19.

11. Rendimentos

Da análise aos rendimentos de 2020, verifica-se que as rubricas com as variações mais significativas, negativas, foram as de juros e rendimentos similares obtidos, com uma variação de 88,4%, bem como a rubrica de Vendas e Serviços Prestados na percentagem de 6,21.

Nesta última rúbrica, importa referir que em 24/11/20 foi publicada a Portaria nº 271/2020 que definiu as condições específicas do princípio da gratuidade da frequência da creche.



Revisor
Assinado
MM

Ao abrigo desta portaria, o Estado substitui-se às famílias no pagamento da comparticipação familiar cobrada pelas creches ou creches familiares com acordos de cooperação celebrados com a Segurança Social e produz efeitos a partir de 1 de setembro de 2020. Assim, nesse sentido, foram desreconhecidos 6.175,25€ respeitantes a estas mensalidades da creche já recebidas das famílias e que lhes vieram a ser devolvidas pela Instituição, no início do ano de 2021.

No que respeita às variações mais significativas positivas, importa realçar a variação de 6,88% na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos. Nesta rubrica, foi reconhecido um subsídio no valor de 6.885€, recebido do Município de Matosinhos que tinha como finalidade apoiar a aquisição de equipamentos de proteção individual contra o COVID-19.

Rendimentos 2020

Juros e rendimentos similares obtidos	130,83
Outros rendimentos e ganhos	204 396,60
Subsídios, doações e legados à exploração	674 955,03
Vendas e serviços prestados	983 144,66



*f. A. F. P.
J. M. S.
M. P. S.*

Rendimentos 2019

Juros e rendimentos similares obtidos	1 129,26
Outros rendimentos e ganhos	191 247,62
Subsídios, doações e legados à exploração	660 401,13
Vendas e serviços prestados	1 048 286,79

12. Resultados

O resultado líquido do ano de 2020 foi negativo no montante de 53.892,60€ (Cinquenta três mil oitocentos noventa dois euros e sessenta céntimos), que propomos a sua transferência para resultados transitados.

13. Perspetivas para 2021

A Direção está a acompanhar de perto e com preocupação todos os desenvolvimentos relacionados com a pandemia do Coronavírus COVID-19.

Com o segundo encerramento das valências da creche e pré-escolar a 22/01/21 e a manutenção do encerramento das valências do centro de dia e do centro de convívio, espera-se mais um ano com muitas dificuldades.

A pandemia introduziu fatores de incerteza nunca antes sentidos, no entanto, temos a convicção de que, com o apoio e dedicação de todos, a Instituição vai ultrapassar este desafio.



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

*pe Ángel
J. Antunes
M. M. R.*

Ao longo do ano, deverão ser concretizados os seguintes investimentos:

- Instalação de painéis fotovoltaicos para produção de energia com consequente redução da fatura energética atual;

14. Agradecimentos

Aos nossos Utentes, o nosso agradecimento pela confiança depositada e o compromisso contínuo de dedicação à causa social.

À Autarquia, pelos apoios concedidos.

Ao Conselho Fiscal, pelos conselhos valiosos e por toda a colaboração durante o ano.

Aos nossos Fornecedores e outros Parceiros, pela confiança demonstrada ao longo do ano.

Aos nossos Colaboradores, deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade do Centro Padre Ângelo.

Perafita, 14 de Abril de 2021



A DIREÇÃO

Presidente – Sr. Padre António Augusto Teixeira de Sousa

António Augusto Teixeira de Sousa

Vice-Presidente – Sr. Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Secretário – Dr. José Luís Cortês da Cunha Leão

José Luís Cortês da Cunha Leão

Tesoureiro – Dr. José Anselmo Rodrigues da Costa

José Anselmo Rodrigues da Costa

Vogal – Jorge Manuel do Prado Pereira

Jorge Manuel do Prado Pereira